



RESUMO EXECUTIVO



Realização

OEI

Apoio



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



SUMARIO

APRESENTAÇÃO	3
QUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL	4
O ESTUDO OEI	7
OBJETIVOS DO ESTUDO OEI	8
OBJETIVO GERAL	8
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
METODOLOGIA	8
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10



APRESENTAÇÃO

O Projeto Primeiros Anos é uma iniciativa da Organização de Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) no Brasil e conta com o apoio do Ministério da Educação (MEC). Tem como objetivo contribuir para o fortalecimento às políticas públicas integrais de atenção à primeira infância, visando melhorar a qualidade da educação recebida pelas crianças nessa etapa. O projeto beneficia direta e indiretamente os atores da EI (EI), desde as crianças, professores(as) e os(as) gestores(as) públicos(as) educacionais. Desenvolve-se a partir de três frentes: pesquisa, ações de formação e certificação de qualidade – o Selo OEI.

A pesquisa “A oferta da EI no Brasil: acesso e qualidade”, destaca-se pela sua abrangência e tem como objetivo principal caracterizar as condições de oferta do ponto de vista da política e da prática da EI pública em municípios brasileiros das cinco regiões. A pesquisa considera quatro eixos que possibilitarão compreender as condições dessa oferta: pedagógico, desenvolvimento infantil, infraestrutura e gestão. Os resultados contribuirão para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas especialmente desenhadas para fomentar a qualidade da EI no Brasil.

Este estudo é composto por duas etapas. A primeira consiste em análises quantitativas de informações provenientes de bases dos bancos nacionais (Censo Escolar, IBGE e Observatório da Criança e do Adolescente) para os 5570 municípios. Na segunda, será realizada uma coleta de dados primários em 10 municípios para conhecer a realidade da oferta da EI nessas localidades nas cinco regiões brasileiras.



QUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL

A garantia do acesso e condições de frequentar instituições educativas desde a primeira infância pode promover o desenvolvimento de maneira integral no que tange às dimensões física, psicológica, intelectual e social dos sujeitos.

Os documentos mandatários brasileiros indicam que a Educação Infantil é o espaço que deve garantir um “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (Art 3º – DCNEI, 2009). Neste sentido, uma EI de qualidade é imprescindível para garantir os direitos fundamentais das crianças.

Embora o conceito de qualidade seja complexo, polissêmico e multidimensional, relacionando-se aos diferentes contextos históricos, geográficos e sociais, no campo educacional, há caminhos pelos quais se tem buscado alcançar uma educação mais equitativa, e que proporcione às crianças experiências ricas e diversificadas. Assim, a qualidade do atendimento da EI considera proteção, acolhimento, segurança, desenvolvimento integral e as aprendizagens das crianças. Todavia, para garantir essa qualidade, dentre outros fatores, importa considerar o cumprimento das regulamentações e normativas.

A EI no Brasil tem imposto desafios ao longo dos anos, seja a nível da política, da gestão ou da implementação das práticas cotidianas. E embora o país tenha avançado na formulação de políticas para a educação de bebês e crianças pequenas, continua sendo um processo complexo conjugar as políticas com a gestão e as práticas pedagógicas cotidianas. Nesse diálogo, busca-se a compreensão e o atendimento das necessidades das crian-

ças para que assim, a vivência da infância em unidades educativas esteja fundamentada nos seus direitos de desenvolvimento e aprendizagem e na educação de qualidade.

O esforço pela concretização da meta do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) relativa à EI diz respeito, de modo geral e simultaneamente, à melhoria da qualidade e oferta do atendimento em creches e pré-escolas. Contudo, o acesso à creche é ainda uma questão sensível no país, pois além dos níveis percentuais baixos de atendimento, não parece seguro dizer que o acesso existente atinge a população em desvantagem socioeconômica (Todos Pela Educação, 2021). Isto tem implicações para nossos esforços direcionados para o rompimento das barreiras das desigualdades e para a promoção de práticas que focam na equidade. Pianta e colegas (2016) afirmam que a expansão do atendimento não garante aprendizagens efetivas e significativas para as crianças, sinalizando que os processos pedagógicos, tal como as interações, devem acompanhar o esforço político de cobertura.

Existem evidências de que aspectos do atendimento da EI impactam na aprendizagem e trajetória das crianças. Por exemplo, Campos et al (2011a; 2011b) apresentou resultados que sinalizam dificuldades no que diz respeito aos processos pedagógicos e que se referem à escassez de recursos materiais presentes em sala e às propostas e atividades oferecidas para as crianças entre 0 e 5 anos. No entanto, o estudo de impacto realizado pelas mesmas autoras indica que as crianças parecem ter sido beneficiadas nos anos iniciais do ensino fundamental a partir da frequência em unidades de pré-escola, cujo trabalho se destacava como de melhor qualidade. Silva et al. (2019) investigaram a associação entre indicadores de qualidade de processo e de desenvolvimento infantil durante a pré-escola. Os autores observaram que práticas pedagógicas mais interativas estão positivamente relacionadas com melhor desempenho das crianças.

O atendimento de qualidade, compreendido por infraestrutura, insumos e processos como medida global, favorece o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças pequenas (Sylva, 2010; Burchinal et al, 2021). Os resultados principais do estudo EPPE (Sylva et al, 2010) sobre o impacto da frequência à pré-escola são: (1) a frequência à pré-escola potencializa o desenvolvimento integral das crianças; (2) a duração da frequência à pré-escola está relacionada de forma significativa ao desenvolvimento intelectual, ao que se refere a linguagem oral e escrita; (3) as crianças em situações de vulnerabilidade se beneficiam com a frequência à unidades de boa qualidade; (4) as crianças em situação de desvantagem socioeconômica tendem a frequentar a pré-escola por períodos menores de tempo do que as de níveis socioeconômicos mais altos, fator que implica uma desvantagem adicional. Os resultados longitudinais deste estudo mostram que os benefícios da pré-escola persistem até os 7 anos de idade, influenciando a trajetória de desenvolvimento das crianças ao longo do Ensino Fundamental. O EPPE conclui que a frequência prolongada à EI é importante tanto para a trajetória escolar quanto para o desenvolvimento integral das crianças.

Estas pesquisas ressaltam duas dimensões que compõem a qualidade desta etapa de ensino: aspectos estruturais e aspectos relativos aos processos. A qualidade dos processos refere-se às experiências e vivências na unidade, abrangendo especialmente as interações entre professores(as) e crianças em sala, além de aspectos como a gestão das práticas pedagógicas e o nível do apoio emocional e instrucional (Burchinal, 2021). Burchinal et al (2021) chamam a atenção para estudos recentes sobre o impacto da pré-escola, que levam em consideração medidas do ambiente, medidas de crianças e medidas de interação a partir da ação do(a) professor(a). Rao et al (2021) defendem que qualidade da EI é geralmente avaliada considerando duas dimensões: (1) aspectos estruturais: formação inicial e continuada do professor, relação adulto/crianças; número de crianças nos grupos, a estrutura física/predial da unidade; materiais, livros; e (2) aspectos que constituem processos: interações adulto-crianças; atividades pedagógicas, implementação do currículo, instruções e linguagem.

No cenário brasileiro ainda é necessário ampliar o entendimento sobre a EI através de estudos que considerem os diversos aspectos e complexidades das redes municipais de educação. Assim, afirma-se a relevância da pesquisa que vem sendo desenvolvida e que poderá levantar dados importantes acerca de sua realidade nas diferentes regiões do país. Essas informações serão imprescindíveis para corroborar na tomada de decisões por parte dos gestores públicos na perspectiva de melhoria desta etapa da educação, considerando a sua relevância e seu impacto social e, especialmente, prezando pelos direitos das crianças e pela garantia de que elas vivam suas infâncias de maneira plena.



O ESTUDO OEI

Este estudo enfatiza o conjunto de leis e normativas nacionais relativas à creche e à pré-escola, como a estrutura básica do atendimento educacional de crianças pequenas. A pesquisa tem caráter exploratório e considera as seguintes dimensões:

- 1 Eixo Pedagógico:** busca informações sobre as práticas pedagógicas, com foco nas ações desenvolvidas com e para as crianças, por meio das interações e da disponibilidade de recursos. E como, o conjunto de propostas se compõem e convergem para oportunizar uma educação de qualidade que concretiza e garante os direitos de aprendizagem das crianças no cotidiano das instituições educativas.
- 2 Eixo Desenvolvimento Infantil:** este eixo busca informações sobre como a EI pode se relacionar ao desenvolvimento infantil, e observar como tem sido feito o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem das crianças através dos registros realizados pelos(as) professores(as).
- 3 Eixo Infraestrutura:** busca informações sobre a infraestrutura das áreas internas e externas, construídas e não construídas, com ênfase no uso dos ambientes pelas crianças e pelos adultos, com vistas a identificar aspectos que favorecem a qualidade do atendimento.
- 4 Eixo Gestão:** inclui duas frentes: a gestão municipal e a gestão institucional. A primeira lida com aspectos da organização do atendimento e a segunda frente inclui aspectos relativos ao funcionamento da unidade educativa.

OBJETIVOS DO ESTUDO OEI

Objetivo geral

Identificar as condições da oferta de EI da rede pública de municípios brasileiros.

Objetivos específicos

1. Identificar os níveis de cobertura da EI nos municípios brasileiros.
2. Identificar aspectos relacionados a qualidade das *práticas pedagógicas* na EI.
3. Identificar os aspectos relacionados a qualidade da *infraestrutura* na EI.
4. Identificar aspectos relacionados a qualidade de *gestão* na EI.
5. Identificar as formas e os aspectos do acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem das crianças na EI.

METODOLOGIA

Para compreender as condições da oferta da EI, foram analisados os bancos de dados secundários (Censo Escolar, IBGE e Observatório da Criança e do Adolescente) com o objetivo de identificar informações específicas para cada eixo do projeto (pedagógico, desenvolvimento infantil, infraestrutura e gestão). Os resultados dessa exploração indicaram que o Censo Escolar apresenta variáveis relativas às dimensões de infraestrutura e gestão. Em contrapartida, para investigar os eixos pedagógico e o desenvolvimento infantil é necessária uma coleta de dados *in loco*.

O desenho de pesquisa adota uma perspectiva com métodos mistos que considera a observação de fatores quantitativos (por ex. matrículas e quantidade de docentes da EI) e fatores qualitativos (como aqueles provenientes de entrevistas estruturadas com profissionais da EI). Desta maneira, esta proposta se desenvolverá em duas etapas. Na primeira, será selecionado o máximo de informações provenientes dos bancos nacionais para a análise quan-

titativa referente às características dos municípios e da oferta da EI pelas redes municipais. Serão utilizados dados dos 5.570 municípios brasileiros.

A segunda etapa considera as variáveis descritoras dos municípios encontradas nos bancos nacionais e, para complementação, será realizada uma coleta de dados primários para os quatro eixos da pesquisa. A coleta de dados será realizada em municípios com população entre 20.000 e 500.000 habitantes. Este perfil representa 56,2% da população de crianças brasileiras entre 0 a 4 anos de idade, grande parte da população alvo da EI. A amostra para a pesquisa será composta por 10 cidades, sendo 2 escolhidas aleatoriamente por região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a EI. Brasília: MEC/SEB, 2009.

Burchinal, M. (2018). *Measuring early care and education quality*. **Child Development Perspectives**, 12(1), 3–9. 0

Burchinal, M et al. *Relating early care and education quality to preschool outcomes: The same or different models for different outcomes?* **Early Childhood Research Quarterly**, vol. 55, p. 35–51, 2021.

CAMPOS et al. A Qualidade da EI: um estudo em seis capitais brasileiras. V.41; N.142. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, 2011a.

CAMPOS et al. A contribuição da EI de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. *Educação E Pesquisa*, 37(1), 15-33. 2011b.

HARMS, T et al. **Infant/Toddler Environment Rating Scale** - ITERS-R. Teachers College Press, 2007

HARMS, T et al. **Early Childhood Environment Rating Scale** - ECERS-R. Teachers College Press, 1998, 2004

PIANTA, R.; DOWNER, J.; HAMRE, B. *Quality in Early Education Classrooms: Definitions, Gaps, and Systems*. **The Future of Children**. Vol. 26 / No. 2 / Fall, 2016.

Rao, N., Ranganathan, N., Kaur, R., & Mukhopadhyay, R. (2021). *Fostering equitable access to quality preschool education in India: challenges and opportunities*. **International Journal of Child Care and Education Policy**, 15(1), 1-22.

SILVA, Camila Martins de Souza et al. 2019. **EI em Boa Vista: medindo qualidade e resultados na EI**. São Paulo: Lapes: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33ZiCbU>. Acesso em: 1 maio 2022.

Sylva, K., Melhuish, E., Sammons, P., Siraj-Blatchford, I., & Taggart, B. (2011). *Pre-school quality and educational outcomes at age 11: Low quality has little benefit*. **Journal of Early Childhood Research**, 9(2), 109-124.



Realização

Apoio

OEI



**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

